



**RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL**

**Processo** : TC-006999.989.20

**Entidade** : Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga

**Assunto** : Contas Anuais

**Exercício** : 2021

**Prefeita** : Ana Lúcia Bilard Sicherle

**CPF nº** : 121.951.688-03 (“[1. Relatório de Instrução](#)”)

**Período** : 01.01.2021 a 31.12.2021

**Relatoria** : Dr. Renato Martins Costa

**Instrução** : UR-14 / DSF-I

**Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,**

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação da Sra. Ana Lúcia Bilard Sicherle, responsável pelas contas em exame, bem como atual Chefe do Poder Executivo (“[2. Ofício de Notificação](#)”).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (24 de maio de 2022)	10.693	2021
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp (24 de maio de 2022)	R\$ 47.655.729,36	2021
RCL	Sistema Audesp (24 de maio de 2022)	R\$ 44.057.119,44	2021



Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	C+	B
i-Educ	B	B	B
i-Saúde	C+	B	B
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	B	C+	B
i-Gov-TI	C+	C	C

Obs.: Índices do exercício em exame após validação da Fiscalização.

- Índice geral IEG-M/2021, validado pela fiscalização, com deficiência por não atingir 50% dos quesitos das dimensões analisadas.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2017	006570.989.16	Favorável
2018	004327.989.18	Favorável
2019	004668.989.19	Favorável

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
6. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;
7. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.



Os resultados das fiscalizações apresentam-se nos relatórios quadrimestrais, bem como no presente relatório, antecédidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames. Registre-se que as duas primeiras fiscalizações quadrimestrais foram efetuadas de forma **remota**, em virtude da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), enquanto a de fechamento foi realizada “in loco”.

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 14.8 e 27.10 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima. Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Foi autuado o processo TC-002284.989.21, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente município não decretou estado de calamidade pública, conseqüentemente, sem trâmite pela Assembleia Legislativa Estadual. ([“3.1. Calamidade Pública”](#))

## PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

### A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

#### A.1.1. CONTROLE INTERNO

A Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga regulamentou seu sistema de Controle Interno por meio dos artigos 55 a 61 da Lei Municipal n.º 1828/2017 (Fls. 22/24 do arquivo [“4. LEI 1828-2017”](#)).

Foi nomeado servidor efetivo como Chefe de Controle Interno do Município em 04/04/2017, conforme portaria n.º 109/2017 ([“5. Portaria 1”](#)) substituído em 01/10/2021 ([“6. Portaria 2”](#)), ambos exercendo função gratificada existente no quadro de cargos (Fl. 34 do arquivo [“4. LEI 1828-2017”](#)).



Foram elaborados, no período fiscalizado, relatórios quadrimestrais sobre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal, sendo que não foram destacadas ocorrências dignas de nota:

- 1º Quadrimestre (“[7. Relatório Controle Interno 1º Quadrimestre](#)”);
- 2º Quadrimestre (“[8. Relatório Controle Interno 2º Quadrimestre](#)”);
- 3º Quadrimestre (“[9. Relatório Controle Interno 3º Quadrimestre](#)”).

## **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C**

- Índice do IEG-M – I-Planejamento, validado pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados e sem adequações (Fls. 02/20 do arquivo “[26. Relatório - IEG-M 2021](#)”).

## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Preliminarmente, informamos que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal, firmando o compromisso de contrair novas dívidas exclusivamente de acordo com os termos do referido Programa (Lei Complementar nº 178/2021 – “[10. Certidão LC 178-21](#)”).

#### **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou superavit.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 47.655.729,36	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 44.023.506,80	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.700.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 358.522,98	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>R\$ 2.290.745,54</b>	<b>4,81%</b>

(“[3. RAAE](#)”).

Constatamos que o município, considerando todos os órgãos componentes do Orçamento Anual, procedeu à abertura de créditos adicionais e à realização de transferências, remanejamentos e/ou transposições no valor total de R\$ 18.722.549,61, o que corresponde a 47,91% da Despesa Fixada (inicial) – (“[11. Alterações orçamentárias](#)”).

Os resultados da execução orçamentária e dos investimentos, com base na despesa liquidada e nos Restos a Pagar Não Processados liquidados em cada exercício, apresentaram os seguintes percentuais:

Exercício	Resultado da execução orçamentária	Percentual do resultado da execução orçamentária	Percentual de investimento
2021	Superávit de	4,81%	3,40%
2020	Superávit de	5,53%	5,47%
2019	Superávit de	0,75%	3,68%
2018	Déficit de	-0,15%	7,13%

(“[12. Taxa de Investimento](#)” e “[13. TC-3016.989.20](#)”).

### Análise do artigo 167-A da CF/1988

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 45.007.119,44
Despesa Corrente Empenhada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 40.186.471,07
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	89,29%

(Fl. 06 do “[1. Relatório de Instrução](#)”).

- O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85%) da Constituição Federal de 1988, com um percentual de 89,29%.



## **B.1.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL**

### **B.1.1.1.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19 ([“14. Declaração criação de programas”](#)).

### **B.1.1.1.2. DAS RECEITAS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### **B.1.1.1.3. DAS DESPESAS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

### **B.1.1.1.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS**

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

## **B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL**

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 8.082.657,11	R\$ 5.606.167,34	44,17%
Econômico	R\$ 7.218.131,82	R\$ 5.405.003,92	33,55%
Patrimonial	R\$ 58.060.385,89	R\$ 53.619.599,74	8,28%

(Fl. 10 do [“3. RAAE”](#)).



### B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um superavit financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

### B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	132.118,77	180.420,08	-26,77%
Precatórios	220.935,19	73.455,01	200,78%
Parcelamento de Dívidas:	1.075.810,26	1.161.650,16	-7,39%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	1.075.810,26	1.161.650,16	-7,39%
Previdenciárias	1.075.810,26	1.161.650,16	-7,39%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas	2.626,80	7.580,80	-65,35%
Dívida Consolidada	1.431.491,02	1.423.106,05	0,59%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	1.431.491,02	1.423.106,05	0,59%

(“[15. Dívida fundada](#)”)

Os parcelamentos estão sendo tratados no item **B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS** e no item **B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**, do relatório.

### B.1.5. PASSIVO JUDICIAL

#### B.1.5.1. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o município está enquadrado no Regime Ordinário.





Os testes efetuados, na extensão considerada necessária, permitiram constatar que houve pagamento da dívida referente ao montante de R\$ 73.455,01 (“[15. Dívida fundada](#)” e “[16. Mapa de precatórios](#)”).

Oportunamente, no que diz respeito a outros aspectos de interesse, relativos ao tema, verificamos que:

Verificações		
01	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Não
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Sim
03	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado

Item 01 – Conforme “[16.1 Precatório TJSP](#)”<sup>1</sup>, há um precatório no valor de R\$ 16.761,97 não quitado e sem depósito (“[16.2 Precatório TJSP](#)”) no exercício, para o qual não encontramos equivalência no “[16. Mapa de precatórios](#)” informado ao AUDESP.

Detalhamos, ainda, a situação do controle do estoque da dívida judicial, de acordo com os registros contábeis e Mapa de Precatórios informados pela Origem ao Sistema Audesp:

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS		
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$	73.455,01
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$	220.935,19
Valor cancelado	R\$	-
Valor pago	R\$	73.455,01
Ajustes da Fiscalização		
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$	220.935,19

(“[15. Dívida fundada](#)” e “[16. Mapa de precatórios](#)”).

#### B.1.5.2. REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA

Detalhamos o estoque dos requisitórios de baixa monta, de acordo com os registros contábeis e o informado pela Origem ao Sistema Audesp:

<sup>1</sup> Código do IBGE para o Município: 3550001





REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 56.330,30
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 56.330,30
Ajustes efetuados pela Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

("17. RPV pagos")

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requerimentos de baixa monta?	Sim
02	Há registros eficientes no órgão para controle dos requerimentos de baixa monta?	Sim
03	Houve pagamento de todos os requerimentos de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

### B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado
4	PASEP:	Sim

De acordo com o exame efetuado, na extensão considerada necessária, não constatamos irregularidades na gestão dos encargos incorridos no exercício.

#### B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Demonstramos, abaixo, a situação dos parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017 e/ou pela Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2017:

##### ➤ Perante o INSS:

Nº do acordo	Saldo devedor	Qtde parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
10860.720818/2017-22	R\$ 1.231.860,76	194	12	10

("18. Parcelamento INSS").

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura retomou o pagamento das parcelas em março de 2021.



#### **B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)**

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS/PASEP.

#### **B.1.7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI COMPLEMENTAR Nº 151/2015 E EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nº 94/2016 E Nº 99/2017**

Não constatamos repasses de depósitos no exercício em exame, ou pendências relativas aos exercícios anteriores, no âmbito do município.

#### **B.1.8. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES**

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A da Constituição Federal.

#### **B.1.9. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita Orçamentária – ARO.

##### **B.1.9.1. DESPESA DE PESSOAL**

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 20.812.377,74, o que representa um percentual de 47,24%.

##### **B.1.10. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:



Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	911	911	429	429	482	482
Em comissão	73	73	43	49	30	24
<b>Total</b>	<b>984</b>	<b>984</b>	<b>472</b>	<b>478</b>	<b>512</b>	<b>506</b>
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados						

Fonte: AUDESP

Não constatamos, sob amostragem, ocorrências dignas de nota sobre o assunto neste exercício.

#### B.1.10.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A Fiscalização analisou por amostragem as contratações de pessoal por tempo determinado efetuadas no exercício quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, não detectando ocorrências dignas de nota.

#### B.1.11. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	SECRETÁRIOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor subsídio inicial fixado para a legislatura	R\$ 4.653,73	R\$ 4.000,00	R\$ 10.668,00
(+) 8,93% = RGA 2017/2018, em 1º de janeiro de 2018 – Lei Municipal nº 1894, de 26 de janeiro de 2018, com efeitos retroativos.	R\$ 5.069,31	R\$ 4.357,20	R\$ 11.620,65
(-) 8,93% = Lei Municipal nº 1942 de 03 de dezembro de 2018, que alterou a Lei Municipal nº 1894/2018, cessando o reajuste concedido aos agentes políticos <sup>2</sup> .	R\$ 4.653,73	R\$ 4.000,00	R\$ 10.668,00
RGA 2019 (não houve)	R\$ 4.653,73	R\$ 4.000,00	R\$ 10.668,00
RGA 2020 (não houve)	R\$ 4.653,73	R\$ 4.000,00	R\$ 10.668,00
RGA 2021 (não houve)	R\$ 4.653,73	R\$ 4.000,00	R\$ 10.668,00

Leis Municipais nº 1.779/2016 e nº 1826/2017 (Fls. 01/02 do arquivo "[21. Subsídios](#)"), Lei Municipal nº 1894/2018 (Fls. 03 do arquivo "[21. Subsídios](#)"), Lei Municipal nº 1942/2018 (Fls. 04 do arquivo "[21. Subsídios](#)"), ("[22. TC-3016.989.20](#)") e informações prestadas ao sistema Audesp fase III.

<sup>2</sup> 3 TJ/SP, Órgão Especial, ADI 0210184-51.2011.8.26.0000, Rel. Des. Antônio Carlos Malheiros, j. 04.04.2012, v.u.



Verificações		
01	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V, da Constituição Federal?	Sim
02	A fixação é anterior à vedação imposta pelo art. 8º, I, da Lei Complementar nº 173/2020?	Sim
03	Houve efeitos financeiros decorrentes de nova fixação no exercício de 2021?	Prejudicado
04	Foi concedida RGA no exercício de 2021?	Não
05	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Prejudicado
06	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Prejudicado
07	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
08	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Sim

**Item 07 e 08:** (Fls. 25 do arquivo [“21. Subsídios”](#))

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

## **B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE**

### **B.3.1. CONCESSÃO DE RGA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

Foi concedida revisão geral anual na remuneração dos servidores municipais ([“23. Lei 2068-21”](#)), no período vedado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020, em contrariedade ao disposto em seu artigo 8º, inciso I. De tal forma, que o ato se inquina de ilegalidade devendo ser revisto, bem como seus efeitos financeiros.

Corroborar com tal entendimento o contido na consulta efetuada a este Tribunal ([“24. TC-16054.989.20”](#)), que em sua folha 22 é expressa em proibir tal prática.



## PERSPECTIVA C: ENSINO

### C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audeps e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,69%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,19%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOUREIRO (mínimo 25%)	25,19%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	100,00%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	97,94%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 90%)	97,94%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	82,56%
DESPESA LIQUIDADADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	82,56%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 70%)	82,56%

(fls. 06/07 do “[1. Relatório de Instrução](#)” e “[28. AplicRecFundeb](#)”).

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

Ainda, houve utilização de todo o Fundeb recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar, observando-se o art. 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

#### C.1.1. APLICAÇÃO NO FUNDEB

Verificações		
01	As despesas do Fundeb foram executadas exclusivamente na conta bancária vinculada (Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal), sem transferências para outras contas, nos termos do artigo 21 da Lei nº 14.113/2020?	Sim
01.1	A conta corrente única e específica vinculada ao Fundeb é de titularidade do <b>órgão responsável pela educação</b> , nos termos do art. 69, § 5º, da Lei nº 9.394/1994 c/c art. 21, § 7º, da Lei nº 14.113/2020?	Sim
02	Para compor os 70% com profissionais da educação básica, o Município concedeu abono/14º salário/etc. ao final do exercício?	Não
02.1	A concessão de abono foi embasada em lei específica e critérios para a concessão?	Prejudicado
03	A folha de pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, paga com os 70% do Fundeb, teve-se <b>a professores e trabalhadores com diploma em pedagogia</b> em funções de administração, planejamento, supervisão, inspeção, orientação educacional e <b>psicólogos/assistentes sociais</b> participantes obrigatoriamente de <b>equipe multiprofissional</b> ?	sim



### C.1.2. APLICAÇÃO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAT NO FUNDEB

O município não recebeu complementação no exercício em exame.

### C.1.3. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO

A Fiscalização não identificou valores **despendidos com inativos da educação básica** incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Com base nos dados informados ao IEG-M, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo município ("[19. Oferta de vagas](#)").

O município cumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício de 2021, definido com base na Lei nº 11.738/08, eis que o piso municipal foi de R\$ 1.900,12, enquanto o piso nacional foi de R\$ 1.803,90<sup>3</sup> para 25 horas semanais ("[20. Declaração piso magistério](#)").

Conforme informado pela Origem, houve implementação do serviço de psicologia educacional ("[19. Oferta de vagas](#)"). Entretanto não houve a contratação de profissional de serviço social para atuação exclusiva na rede pública escolar, em desatendimento a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019 ("[19. Oferta de vagas](#)").

Não houve, no exercício examinado, a contratação de pessoal, psicólogos e assistentes sociais, via concurso público.

### C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice B

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

---

<sup>3</sup> Memória de cálculo:  $((2.886,24 * 25) / 40)$



Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	27,37%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	25,85%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	25,82%

(“[1. Relatório de Instrução](#)”).

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

### D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

#### D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	2.886
Número de casos em análise da Covid-19	0
Número de casos descartados da Covid-19	856
Número de casos confirmados da Covid-19	1.157
Número de casos recuperados da Covid-19	1.118
Número de óbitos confirmados de Covid-19	36
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	5
DESCRIÇÃO	ESPECIFICAR
Houve demanda reprimida de leitos de enfermaria em 2021?	NÃO
Houve demanda reprimida de leitos de UTI em 2021?	NÃO

Evento 159.3 do TC-002284.989.21

#### D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim





Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Evento 159.3 do TC-002284.989.21

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

#### **D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA**

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

#### **D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS**

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o município não recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

#### **D.1.1.5. DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES (COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS)**

Quanto às aquisições e contratações, em geral, sob amostragem não constatamos ocorrências dignas de nota.

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, ou Lei nº 14.217, de 13 de outubro de 2021, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não



## **D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR**

### **D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS**

Informamos que o município **não** efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

## **D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice B**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**

### **E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C**

- Índice do IEG-M – I-Planejamento, validados pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados. (Fls. 93/107 do arquivo [“26. Relatório - IEG-M 2021”](#)).

## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

### **F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice B**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

#### **G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota, exceto pela Fiscalização Ordenada que segue.



## G.1.2. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

Fiscalização Ordenada nº	18 de março de 2021.
Tema	Transparência - Ouvidorias
TC e evento da juntada	TC-006848.989.21, evento 12.1
Irregularidades remanescentes da última inspeção:	<ul style="list-style-type: none"><li>A ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades (Gestão) do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos;</li><li>A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;</li><li>Não houve divulgação da "Carta de Serviço ao Usuário";</li><li>A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017.</li></ul>

Fonte: (Fls. 18/19 do "[26. Relatório - IEG-M 2021](#)") validado.

### G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

Evento 159.2 do TC-002284.989.21



## **G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema Audep.

## **G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C**

- Índice do IEG-M – I-Planejamento, validado pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados. (Fls. 93/107 do arquivo [“26. Relatório - IEG-M 2021”](#)).

## **PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES**

### **H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS**

De acordo com o apurado na comparação dos índices dos quesitos IEG-M ([“26. Relatório IEG-M 2021”](#)) com os ODS ([“25. ODS”](#)), foi constatado possível comprometimento ao atendimento das metas propostas pela Agenda 2030, consoante relacionamos no ([“27. Doc – Impacto ODS”](#)), que requer atuação da administração municipal.

### **H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES**

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### **H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

No decorrer do exercício em análise, constatamos o atendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, bem como não constatamos desatendimento às recomendações exaradas nos dois últimos exercícios analisados.

## SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	REGULAR
HOUE ADESAO AO PROGRAMA DE TRANSPARÊNCIA FISCAL DA LEI COMPLEMENTAR Nº 178/2021?	NÃO
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício (superavit)	4,81%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	3,40%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	PREJUDICADO <sup>1</sup>
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	47,24%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o art. 21, I e III, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	25,69%
ENSINO - Recursos do Fundeb aplicados no exercício (limite mínimo de 90%)	100,00%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 10%) foi aplicada até 30/04 do exercício subsequente?	PREJUDICADO
ENSINO - Fundeb aplicado na remuneração dos profissionais da educação básica (limite mínimo de 70%)	82,56%
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	27,37%

*1-Apesar de enquadrar-se no regime ordinário, há precatório no valor de R\$ 16.761,97 registrado no TJSP não quitado e sem depósito nas contas do Tribunal de Justiça para o exercício.*

## CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

- Índice geral IEG-M/2021 “C”, validado pela fiscalização, com deficiência por não atingir 50% dos quesitos das dimensões analisadas.



2. Item A.2 - Índice do IEG-M – I-Planejamento, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados e sem adequações.
3. Item B.1 – Não houve adesão ao programa de transparência fiscal da lei complementar nº 178/2021.
4. Item B.1.1 - Elevado índice de alterações orçamentárias realizadas no exercício em exame (47,91%);
5. Item B.1.1 - O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85%) da Constituição Federal de 1988, com um percentual de 89,29%.
6. Item B.1.5.1 – Precatório no valor de R\$ 16.761,97 registrado no TJSP não quitado e sem depósito nas contas do Tribunal de Justiça para o exercício.
7. Item C.1.3 - Não houve a contratação de profissional de serviço social para atuação exclusiva na rede pública escolar, em desatendimento a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.
8. Item E.1 - Índice do IEG-M – I-Amb, validado pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados.
9. Item G.1.2 - A ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos;
10. Item G.1.2 - A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público, conforme artigo 7º, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017;
11. Item G.1.2 - A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017;
12. Item G.1.2- Foi concedida revisão geral anual na remuneração dos servidores municipais no período vedado pela Lei Complementar Federal nº 173/2020;
13. Item G.3 - Índice do IEG-M – I-GOV TI, validados pela fiscalização, com deficiências por não atingir 50% dos quesitos analisados.
14. Item H.1 – Na comparação dos quesitos do IEG-M com os ODS's, foram constatadas inadequações que impactam as metas estipuladas e que requerem atuação dos gestores públicos.

À consideração de Vossa Senhoria.  
UR-14.1, 03 de junho de 2022.

**Sérgio Ricardo da Silva**  
**Agente da Fiscalização**